

O ENSINO DE HISTÓRIA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA NAS SÉRIES INICIAIS EM ESCOLA DA REDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE ITATIRA, CEÁRA, BRASIL: UMA CRÍTICA AO LIVRO DIDÁTICO

Mauricelia Lima Nunes Maceda¹

RESUMO

O presente artigo apresenta uma investigação de abordagem qualitativa que foi realizada a partir da análise do livro didático de história do 5º ano, intitulado “Pitangá”, utilizado por uma escola pública na região do sertão brasileiro, especificamente na cidade de Itatira, Ceará, Brasil. O principal objetivo desta pesquisa foi analisar o ensino da história da África nos primeiros anos do ensino fundamental, considerando sua importância na formação e valorização dos afrodescendentes. Conforme estabelecido pela lei 10.639/2003, essa temática é obrigatória em todos os currículos escolares, desde o Ensino Fundamental até o Ensino Médio. A fundamentação teórico-metodológica buscou verificar se o livro em estudo cumpre as diretrizes da Lei 10.639/2003. A metodologia utilizada para essa análise incluiu a coleta de percepções e opiniões de professores através de um questionário, aplicado a uma amostra de seis docentes de história que lecionam em escolas públicas de ensino fundamental do município Itatira. Este estudo evidenciou a influência da cultura negra na história nacional, em que os materiais didáticos frequentemente abordam este tema de maneira superficial. Ao final, verifica-se que a pesquisa oferece uma contribuição significativa para o aprofundamento das discussões em torno do assunto, pois, através da análise comparativa, foi possível identificar certas lacunas relacionadas às variadas formas de resistência e à falta de reconhecimento da contribuição cultural da população negra.

Palavras-Chave: Ensino de História. Livros Didáticos. Imagem do Negro. Cultura Africana e Afro Brasileira

¹ Professora de História da rede pública de ensino do Estado do Ceará, lotada na cidade de Itatira. Mestra em Ciências da Educação pela UNADES/PY.

1 INTRODUÇÃO

A escola é espaço de desenvolvimento e oportuno para a construção de saberes e identidades. A criança, ao frequentar a escola, tem acesso a infinitas aprendizagens e troca de conhecimentos através de diálogos e convívio social. É nesse ambiente que educadores e educandos têm a possibilidade de fazer rupturas frente às desigualdades que permeiam na sociedade. A temática desenvolvida na presente pesquisa não é um problema

incomum, nem tão pouco se pretende ignorar as importantes teorizações já construídas a esse respeito, contudo é necessidade de debater essas questões visíveis na sociedade por ser uma categoria política e social.

O presente trabalho teve enquanto objeto de estudo, o Ensino de História Africana e Afro-brasileira nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, almejando responder as seguintes questões problematizadoras: De que forma o ensino da história da África e afro-brasileira está sendo trabalhada nas séries iniciais do ensino fundamental? E Como está sendo abordado o tema nos livros de história nas séries iniciais?

Para responder este problema tem-se como objetivo geral de analisar o ensino de história da África nos anos iniciais do ensino fundamental como instrumento de formação e valorização do afrodescendente.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e qualitativa realizada com seis professores de escola pública municipal da cidade de Itatira-Ce, no qual foi aplicada uma entrevista semiestruturada como instrumento de coleta de dados. Havendo necessidade de novas abordagens, reflexões e ações que possam desconstruir estereótipos existentes ainda nas escolas, transpassando os muros e refletindo no meio social. Diante da experiência em campo, a fim de responder aos questionamentos da pesquisa pôde-se perceber que a problemática investigada ainda caminha a passos lentos e, que esse ensino embora seja embasado por uma Lei obrigatória, não contempla todo o multiculturalismo da diversidade existente na sociedade. A pesquisa bibliográfica escolhido foi o livro didático Pitanguá, Adriana Machado Dias e Maria Eugenia, editora Moderna, 1ª edição. A escolha exigiu uma leitura minuciosa dos livros didáticos. Logo em seguida, foram anotadas.

A pesquisa auxilia-se na abordagem qualitativa. De acordo com Gil (2012), o termo qualitativo implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível, o autor interpreta e traduz em um texto, zelosamente escrito, com lucidez e competência científicas, os significados patentes ou ocultos do seu objeto de pesquisa.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Analisar o ensino de história da África nos anos iniciais do ensino fundamental como instrumento de formação e valorização do afrodescendente.

2.2 Objetivos específicos

- Refletir sobre as contribuições culturais do povo africano para o povo brasileiro;
- Compreender a importância do estudo da cultura africana nos anos iniciais do ensino fundamental;
- Identificar o processo histórico legal culminante ao ensino de história africana e afro-brasileira e reconhecer a relevância da formação docente mediante ao estudo da História da África para um trabalho de qualidade;

- Identificar se os livros atendem a Lei 10.639/2003. *Decreto* que as instituições de ensino no Brasil passem a implementar o estudo da história e da cultura Afro-Brasileira e Africana no ensino fundamental e médio.

3 MARCO TEÓRICO

3.1 O estudo da história africana no Brasil.

Grande parcela da população brasileira é formada por negros e pardos; segundo IBGE, 2010. O Brasil é o país com a segunda maior população de origem africana no mundo, ficando atrás apenas da Nigéria. Os africanos trouxeram para o país suas crenças e suas formas de sociabilidade. Todavia, com toda a riqueza da influência das matrizes africanas em nossa cultura, sabemos muito pouco sobre esse continente e sua cultura, assim como a sua contribuição para a cultura brasileira que estão presentes hoje na música popular, na literatura, no cinema, no teatro, na televisão, na culinária, no carnaval e várias outras práticas populares, juntamente com grande visibilidade nas festas regionais e nacionais; e ainda existem as crenças populares. A contribuição linguística africana no português falado no país. A força e a influência da cultura que os africanos reconstruíram em terras brasileiras são inegáveis. No entanto, até pouco tempo atrás essas contribuições culturais não eram reconhecidas ou valorizadas; quando eram, remetiam a uma situação de diferença entre negros e brancos. Os livros didáticos apresentam um conhecimento simplificado da África, que muitas vezes não permite estabelecer relações com a real importância do continente na construção de nosso país.

O livro didático tem sido, desde o século XIX, o principal instrumento de trabalho de professores e alunos, sendo utilizado nas mais variadas salas de aula e condições pedagógicas, servindo como mediador entre a proposta oficial do poder e expressa nos próprios currículos e o conhecimento escolar ensinado pelo professor. (ZUCCHI, 2013 p.10)

A África é o berço da humanidade, qualquer estudo realizado até hoje confirma isso, por toda a sua carga étnica e cultural e por meio de sua história milenar, ela é capaz de contar a história de toda a humanidade, isso é inegável. Charles Darwin (1809 – 1882) foi o primeiro cientista a sugerir que na África surgiram os primeiros humanos. Portanto, entender o protagonismo africano em diversos momentos da história é essencial. Desde muito cedo a relação do continente africano com todas as outras partes do mundo já existia, por isso a história de todos os outros continentes podem ser explicadas a partir da História da África, assim como a história da humanidade.

-3.2 O Livro didático é uma ferramenta eficiente do Ensino africano no Ensino Fundamental.

Desde 1985 o Brasil conta com política pública de distribuição de livro didático por meio do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Considerando a importância dos livros na construção do conhecimento de aprendizes, criou-se uma data para comemorar o dia do livro, pelo Instituto Nacional do Livro (INL), dia 27 de fevereiro. Em homenagem a esta ferramenta, que é a mais utilizada pelos professores para realizar a prática pedagógica. Os livros são ferramentas utilizadas para divulgação de ideias, crenças, valores, culturas e conceitos. incorporado ao cotidiano escolar, tornou-se um símbolo de conquista indispensável ao longo de sua história no cotidiano escolar.

No Brasil, os livros só puderam ser feitos a partir de 1808, quando a família Real portuguesa se mudou para cá e trouxe uma máquina impressora, fundando

a imprensa régia. Antes disso, era crime ter uma tipografia no país. As primeiras obras didáticas publicadas por aqui foram traduções para a Escola Militar. A produção própria do livro didático só veio a partir de 1822, com a Independência do Brasil e o decreto das primeiras leis educacionais. A ideia só tomou força em 1929, com a criação do Instituto Nacional do Livro, fundado justamente para legitimar o livro didático nacional e auxiliar sua produção. Porém, seus propósitos ficaram no papel por muito tempo e, apenas em 1934 no governo Vargas, que o Instituto começou a elaborar um dicionário nacional, uma enciclopédia e aumentar o número de bibliotecas públicas. (<https://www.editoradobrasil.net.br/dia-do-livro-didatico-conheca-a-trajetoria- dessa-ferramenta-no-brasil/>)

Em 1937 veio a criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), o mais antigo dos programas voltados à distribuição de obras didáticas aos estudantes da rede pública de ensino brasileira. Apesar disso, muitas formas foram experimentadas entre 1929 e 1996, para que o livro didático chegasse às salas de aula. Apenas com a extinção da FAE – Fundação de Assistência ao Estudante, em 1997, e com a transferência integral da política de execução do PNLD para o FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – é que se iniciou uma produção e distribuição contínua e massiva desse material (BRASIL, 2007).

Outras funções específicas do livro didático para o aluno e para o docente são enunciadas para o aluno, as principais funções são (BRASIL, 2007 p. 11-12):

- favorecer a aquisição de conhecimentos socialmente relevantes;
- propiciar o desenvolvimento de competências cognitivas, que contribuam para aumentar a autonomia;
- consolidar, ampliar, aprofundar e integrar os conhecimentos adquiridos;
- auxiliar na autoavaliação da aprendizagem;
- contribuir para a formação social e cultural e desenvolver a capacidade de convivência e de exercício da cidadania.

Para os docentes, as funções seriam de outro nível ((Brasil, 2007 p. 12):

- auxiliar no planejamento e na gestão das aulas, seja pela explanação de conteúdos curriculares, seja pelas atividades, exercícios e trabalhos propostos
- favorecer a aquisição dos conhecimentos, assumindo o papel de texto de referência;
- favorecer a formação didático-pedagógica;
- auxiliar na avaliação da aprendizagem do aluno.

O livro didático constitui-se como uma ferramenta indispensável para o professor, função do livro seria auxiliar o professor com atividades desafiadoras, textos explicativos e históricos, complementando o livro didático, que em muitos casos é o único recurso que a escola tem a oferecer ao professor e aluno. Neste ponto, que relaciona professor e livro didático, nota-se que o livro é sugerido como um instrumento indispensável ao professor, nem sempre privilegiando as potencialidades e o conhecimento dos docentes (DANTE, 1996).

Desse modo a escolha dos livros que são proporcionados pelo Programa - Nacional do Livro Didático – PNLD – criado em 1929 com outra denominação. Esse programa primeiramente está voltado para a distribuição de livros didáticos para estudantes da rede pública das diferentes etapas da educação básica (sobretudo ensino fundamental e médio). Conjuntamente ao PNLD, desde 2007 com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais

da Educação (FUNDEB) a educação infantil e o Ensino Médio também passaram a receber tais materiais didáticos, progressivamente, em todas as áreas (FONSECA, 1994).

O livro didático é uma ferramenta indispensável no ensino pedagógico, pois contribui para o desenvolvimento da leitura, do conhecimento, da compreensão, interpretação e execução dos conteúdos ministrados em sala de aula, auxiliando alunos em suas atividades tanto em sala, quanto em casa. Além disso, o livro didático adotado pela Escola fortalece o projeto pedagógico da mesma, principalmente, por confluir com os objetivos e direcionamentos norteadores elencados nesse projeto. Ele é utilizado nas escolas para alfabetizar, ensinar e ampliar a aprendizagem e despertar o interesse dos alunos (DANTE, 1996).

3.3 A lei relativa a obrigatoriedade do Ensino africano no Ensino Fundamental.

Nesse espaço, objetiva-se introduzir o tema, a lei relativa a obrigatoriedade do ensino africano no ensino fundamental. A lei 10.639/03 foi sancionada em 9 de janeiro de 2003, pelo atual Presidente Luiz Inácio Lula Silva, incluía no currículo escolar nas escolas públicas e privadas de ensino fundamental e médio, a história da cultura africana, assim como ocorreu a sua influência na nossa cultura, garantindo que os estudantes brasileiros tenha o direito de estudar e conhecer a história da África e sua influência na cultura, a qual chamamos de afro-brasileira. Dessa forma, vemos que o propósito da lei traz uma garantia que representa uma grande vitória para a população brasileira, pois em um grande espaço de tempo quando se abordava a cultura Africana e a cultura Afro-Brasileira, as escolas e os professores só falavam sobre a escravidão, no qual o negro só aparecia na condição de escravo submisso e passivo aos brancos (PEREIRA; SILVA, 2013).

A referida lei não surgiu de um dia para o outro. Ao contrário, antes de ser sancionada, passou por diversos estágios, resultando dos movimentos negros da década de 1970 e do esforço de simpatizantes da causa negra na década de 1980, quando diversos pesquisadores alertaram para a evasão e para o déficit de alunos negros nas escolas ... entre outras causas, da ausência de conteúdo afrocêntricos que valorizassem a cultura negra de forma abrangente e positiva. (PEREIRA; SILVA, 2013, p.126)

Em 2009 foi aprovado o Plano Nacional das Diretrizes curriculares. O estudo sobre a história e cultura Afro-Brasileira e Africana também insere um processo de luta pela superação do racismo e desigualdade, assim as ações pedagógicas diante da lei nº 10.639/03 podem ser vistas como uma medida para impulsionar grandes mudanças na escola e na sociedade, fazendo com que as crianças reflitam desde cedo sobre a discriminação racial, a diversidade étnica, gerando debates, estimulando valores e comportamentos de respeito e solidariedade com outras culturas (PNLD, Secretaria de Educação Básica, 2008, p.32)

Em 09 de janeiro de 2003 o atual Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em uma de suas primeiras ações à frente do governo brasileiro, assinou a Lei nº 10.639, alterando a LDB, Lei 9.394/96, que tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Assim, o governo federal sancionou em março de 2003 a lei nº 10.639/03, que altera a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) e estabelece as Diretrizes curriculares para implementação da mesma. A lei institui a obrigatoriedade do ensino de História da África e dos Africanos no currículo escola nos ensinos fundamental e médio (BRASIL, 2003).

Em muitos textos e nos documentos oficiais produzidos pelo Ministério de Educação e Cultura possível ver que a inclusão do art. 26-A na lei da (LDB), foi decisivo, antes da lei determinava, no parágrafo 4, do artigo 26 que:

4º. O ensino da história do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro especialmente das matrizes indígena, africana e europeia. (BRASIL, 2005. p.12)

Com a inclusão do artigo 26-A, fica especializado que:

Art.26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes a história do Brasil.

2º Os conteúdos referentes a história e cultura afro-brasileiras e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escola, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileira. (BRASIL, 2005 p.12)

Em 2008, a Lei 10.639/03 foi alterada para 11.645 e passou a incluir a história e cultura dos povos indígenas brasileiros. No entanto, como esse artigo enfatizará o primeiro recorte específico da Lei, a saber, o segmento negro e africano, optou-se por manter a numeração inicial, ou seja, 10.639/03.4 Portanto, a partir do ano de 2003, a lei 9.394/96 passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos: 26-A, 79-A e 79-B (Incluído pela Lei nº 10.639, de 9/1/2003): A promulgação da lei no. 10.639/03, altera o parágrafo 4º, art. 26, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e torna obrigatório o ensino de História e Cultura afro-brasileira nas escolas de ensino fundamental e médio de todo o país.

Portanto, a partir do ano de 2003, a lei 9.394/96 passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos: 26-A, 79-A e 79-B (Incluído pela Lei nº 10.639, de 9/1/2003): Tal artigo, após a aprovação da lei nº 10.639, passou a ser acrescido dos seguintes:

Art.26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º. O Conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira.

Art. 79-A. (VETADO)

Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra. (Grifos da autora).

Dessa forma, essas políticas têm como pressuposto a garantia dos direitos dos negros, reconhecendo seu valor cultural e individual, expressando assim a necessidade desse reconhecimento. Outorgando, enquanto Lei, a imprescindibilidade do ensino da cultura africana e afro-brasileira, desta maneira destaca-se a LDB, Lei nº 9.394/1996 a qual corrobora que, “**Art. 26-A.** Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.” (COELHO, 2014, p. 81).

Segundo Pereira (2013), a lei foi criada através da luta intensa do movimento negro, ao quais as suas ações e engajamento na resistência e combate ao racismo e segregação social é pouco conhecida dentro da escola. A lei estabelece que o conteúdo seja para todo o currículo escolar, tendo como atenção especial às áreas do saber de educação artística, literatura e história. Além disso, a lei altera a LDB para a inclusão no currículo oficial do ensino de história e cultura afro-brasileira-brasileira e africana.

A partir da lei 10.639/2003 houve alguns avanços e mudanças na educação básica e superior, pareceres, decreto de leis, conselhos, fóruns e até mesmo secretarias, foram criados a fim de atender as especificidades da luta contra o racismo e por uma educação antirracista. (BRASIL, 2011).

Lei nº 7.716, DE 5 de janeiro de 1989.

Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem, por motivo de discriminação de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, obstar a promoção funcional. (Incluído pela Lei nº 12.288, de 2010) (Vigência)

Art. 4º

§ 1º Incorre na mesma pena quem, por motivo de discriminação de raça ou de cor ou práticas resultantes do preconceito de descendência ou origem nacional ou étnica: (Incluído pela Lei nº 12.288, de 2010) (Vigência)

I - deixar de conceder os equipamentos necessários ao empregado em igualdade de condições com os demais trabalhadores; (Incluído pela Lei nº 12.288, de 2010) (Vigência)

§ 2º Ficará sujeito às penas de multa e de prestação de serviços à comunidade, incluindo atividades de promoção da igualdade racial, quem, em anúncios ou qualquer outra forma de recrutamento de trabalhadores, exigir aspectos de aparência próprios de raça ou etnia para emprego cujas atividades não justifiquem essas exigências. (Incluído pela Lei nº 12.288, de 2010) (Vigência)

A lei é obrigatória para toda a educação básica, porém a discussão desse trabalho está concentrada para inserção nas séries iniciais. De forma sintetizada, buscou-se compreender os avanços e estratégias para uma educação antirracista, desconstruindo a visão eurocêntrica da história social, cultural e econômica brasileiro.

O dia 20 de novembro é reconhecido como a celebração, em todo território nacional como o dia da consciência negra, o 13 de maio como o dia nacional da denúncia contra o racismo e o 21 de março como internacional de luta pela eliminação da discriminação racial. Todas essas datas, segundo o documento, deverão estar presentes

no calendário e currículo escolar, incluindo também as datas que forem importantes para a região em que a escola estiver localizada.

As DCNs, não falam apenas de conteúdo ou saberes necessários para o currículo da educação básica, ela argumenta um dos fatores essenciais para que a educação das relações étnico raciais aconteça de forma plena.

§ 1º As Instituições de Ensino incluirão nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP 3/2004 (ZUCCHI, 2013 p. 31)

Não há uma grande eficácia na implementação de uma lei para a educação sem a formação do professor. Segundo Pereira (2011), muitos professores ainda questionam a lei, se a mesma não causa mais complexidade por ser mais um conteúdo a ser trabalhado ou por ser mais uma obrigação legislativa. Entretanto, isso resulta da falta de formação profissional que auxilie a compreender o papel crucial do movimento negro do Brasil e da necessidade de discutir o racismo na sociedade, as histórias e culturas herdadas do povo africano.

4 MARCO METODOLÓGICO

4.1 Metodologia da pesquisa

A pesquisa teve como base a observação do campo pedagógico uma entrevista aplicada a uma amostra de seis professores e uma coordenadora das turmas do 5º ano do ensino fundamental no município de Itatira, Ceará, Brasil. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e qualitativa realizada com Instrumento de coleta de dados: questionário semiestruturado, com entrevista realizada de acordo com (GIL, 2012, p.38).

Foram aplicados questionários para os professores das turmas dos quintos anos, sendo no total de seis docentes na referida escola. O questionário foi entregue aos professores dentro da própria escola que a pesquisa foi realizada. Todos os professores convidados responderam o questionário. Após a aplicação do questionário, a sistematização dos dados foi organizada em tabelas contendo as respostas dos colaboradores, sendo nomeado com os devidos nomes dos professores entrevistados, pois, todos aceitaram responder e autorizaram que seus nomes fossem citados na presente pesquisa.

No contexto do referencial teórico desenvolvido no presente trabalho de pesquisa qualitativa, foi possível entender como a lei 10.639/2003 se perpetuou ao longo dos anos desde a sua criação. Houve avanços nas diretrizes, regulamentações e ações que viabilizasse uma prática pedagógica no combate ao preconceito e a discriminação. Entretanto, não é possível afirmar a excelência da lei sem entender a maneira como ela se propaga na realidade das escolas brasileiras. Dessa forma, serão expostos nesse os desafios na aplicação da lei 10.639/2003 no cotidiano escolar das turmas dos 5º anos das séries iniciais da escola municipal José Paulo de Sousa, localizada no município de Itatira no interior do Ceará.

4.2 Critério de inclusão

Na obtenção das falas dos professores de história entrevistados que atuam na escola pública de nível Fundamental na cidade de Itatira, procurou-se perceber determinadas questões em suas colocações. Para tanto, considerou-se as visões dos mesmos, buscando compreender as particularidades apresentadas por esses no momento em que expressam seus conhecimentos acerca do tema abordado e sua proposta educacional, tentando compreender as visões e interpretações dos entrevistados no que se refere a insuficiência da temática africana e afro brasileira no calendário escolar no ensino fundamental.

4.3 Critérios de exclusão

Os professores que não aceitaram o convite para responder aos questionários tiveram liberdade para não o fazer.

4.4 Princípios de Ética

A pesquisa foi conduzida de acordo com os princípios da Ética em pesquisa com seres humanos de acordo com a legislação brasileira e internacional de Ética em pesquisa.

5.MARCO ANALÍTICO

O presente artigo apresenta uma pesquisa bibliográfica e qualitativa realizada com base na análise do livro didático de história do 5º ano, intitulado “Pitangá”, utilizado em uma escola pública na área rural do Brasil, mais precisamente na cidade de Itatira, Ceará. A metodologia aplicada para essa avaliação incluiu uma entrevista semiestruturada como método de coleta de dados, conforme mencionado por Gil (2012). Essa etapa consistiu na coleta de percepções e opiniões de seis educadores através de um questionário. Após a coleta de dados, foram realizados o tratamento estatístico e a discussão dos resultados obtidos. A análise dos dados foi fundamentada na estatística descritiva, e a discussão baseou-se nas referências bibliográficas pertinentes ao tema em estudo. Tabelas e gráficos foram elaborados utilizando o software Excel da Microsoft.

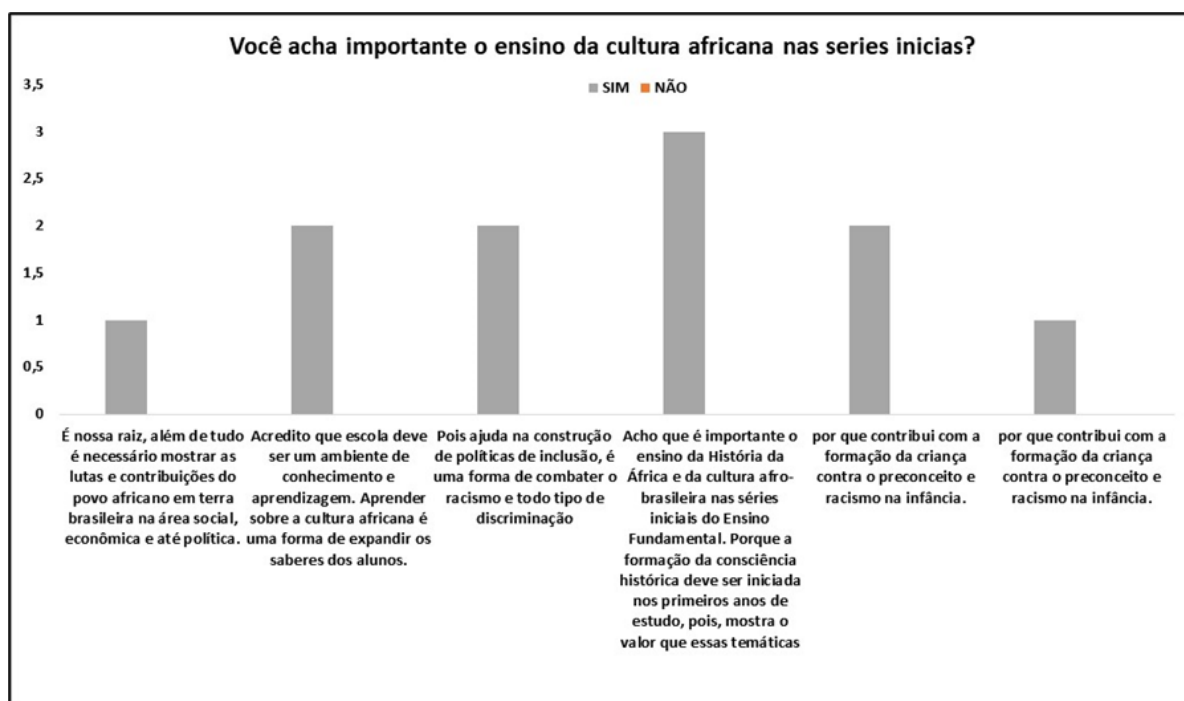
Segue abaixo a Tabela 1 com as perguntas enviadas para os professores a serem entrevistados.

QUESTIONÁRIO

- 1) Você acha importante o ensino da cultura africana nas series iniciais? sim ou não? Justifique.
- 2) Na escola que você leciona a temática da história afro-brasileira são Comentadas pelos professores? Sim ou Não? justifique.
- 3) Você já ouviu falar sobre a Lei 11.645/08 que torna obrigatório o estudo da temática cultura afro-brasileira no ensino fundamental? Sim ou Não? justifique.
- 4) O livro didático de história (PNLD) adotado na escola que você leciona é satisfatório no ensino da cultura africana? Sim ou Não? Justifique.
- 5) Quantos capítulos O livro didático de história (PNLD) adotado na escola que você leciona fala sobre ensino da cultura africana? você considera suficiente? Sim ou Não? Justifique.
- 6) Você considera o livro didático uma fermenta eficaz no ensino africano nas series iniciais do ensino fundamental? Sim ou Não? Justifique.
- 7) Que assuntos deveriam ser inseridos no currículo de história nas séries iniciais do ensino fundamental? Cite-os.
- 8) Quais as dificuldades e desafios para ensinar a história e cultura africana nas series iniciais do ensino fundamental?

Fonte: a autora

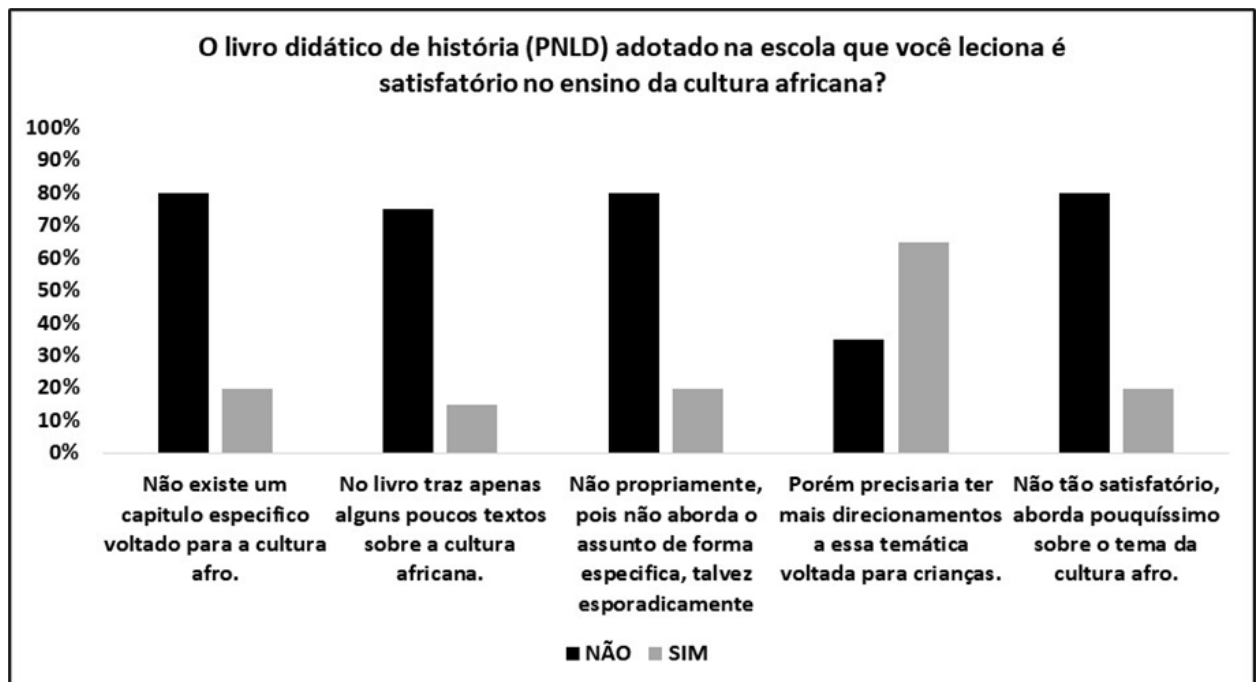
Gráfico 1. Você acha importante o ensino da cultura africana nas series iniciais? sim ou não? Justifique (Tabela 1).



Fonte: a autora

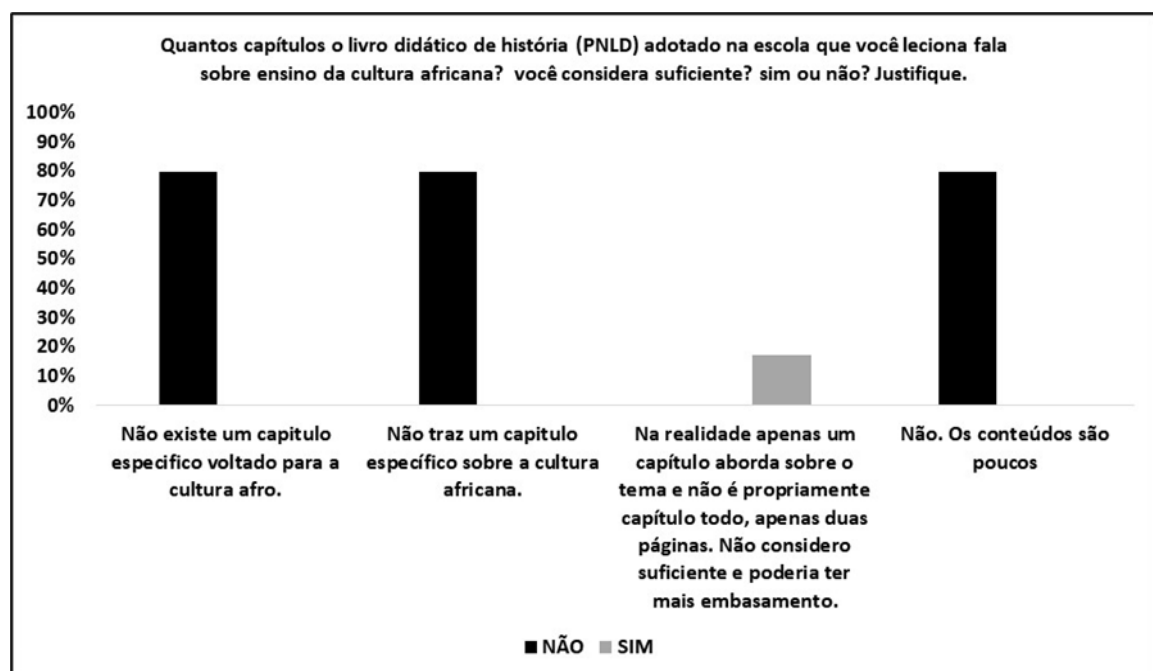
Todos os professores entrevistados enfatizaram que o Ensino de História da africana nos Anos Iniciais é importante, é uma temática essencial para o desenvolvimento da aprendizagem para as crianças nos anos Iniciais, este desperta nos alunos o desejo de conhecer o mundo que os cerca.

GRÁFICO 2 - O livro didático de história (PNLD) adotado na escola que você leciona é satisfatório no ensino da cultura africana? SIM ou NÃO? Justificar. (tabela 1)



que o livro didático possa nas relações de ensino-aprendizagem, mesmo que esta não seja a sua prática, pois pode, em muitos casos, ser o principal instrumento de leitura dos alunos. Portanto, no momento da escolha dos livros do PNLD, quando os professores, a cada três anos, devem se reunir para ler o guia e conhecer os materiais, selecionando aqueles que acreditam ser os melhores, é necessário um olhar mais apurado para perceber como a História da África e dos africanos está representada pela obra.

GRÁFICO 3. Quantos capítulos o livro didático de história (PNLD) adotado na escola que você leciona fala sobre ensino da cultura africana? você considera suficiente? sim ou não? Justifique (tabela 1).

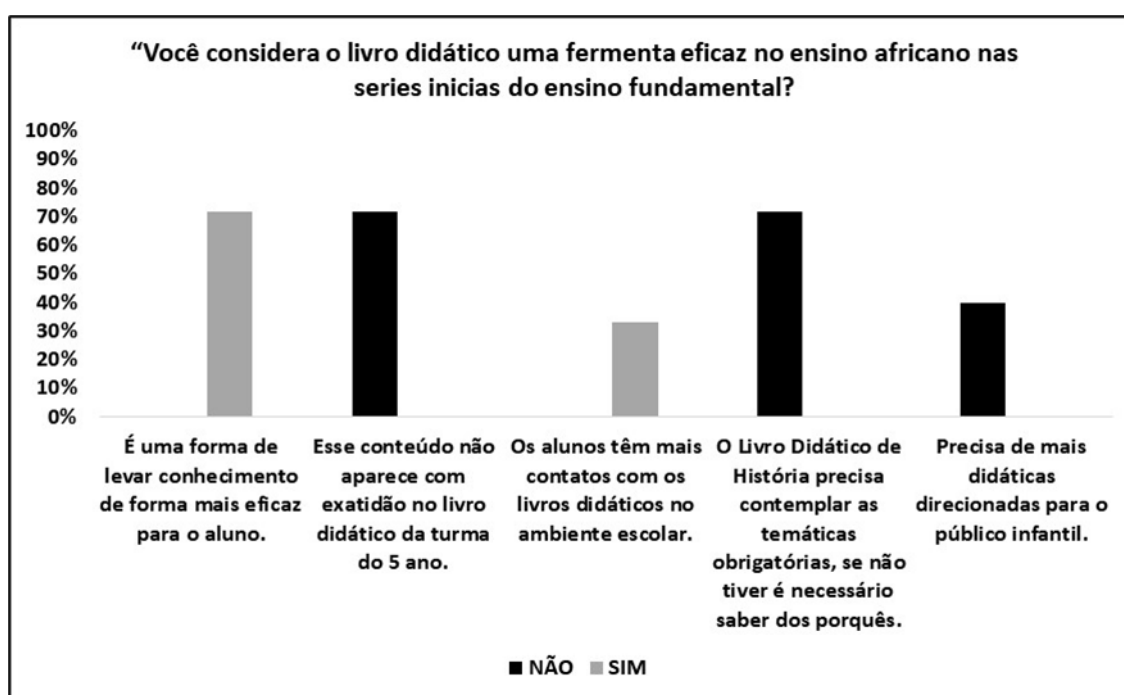


Fonte: a autora

Professores que não dominam o conteúdo do livro didático utilizado em suas aulas diárias podem enfrentar desafios significativos. Conhecer a fundo o material que servirá de base para o ensino é essencial para garantir a qualidade da educação e o aprendizado dos alunos. Portanto, é fundamental que os educadores estejam familiarizados com o livro, suas propostas pedagógicas e objetivos, a fim de explorar todo o seu potencial e oferecer uma experiência de ensino enriquecedora.

A falta de conhecimento do livro didático pode prejudicar a atuação do pedagógico e comprometer o aprendizado dos estudantes. Assim, é fundamental que o profissional esteja sempre atualizado e em sintonia com o material utilizado em sala.

GRÁFICO 4 - “Você considera o livro didático uma ferramenta eficaz no ensino africano nas séries iniciais do ensino fundamental? Sim ou Não? Justifique.



Fonte: a autora

O material didático é um recurso fundamental para o processo de ensino-aprendizagem, pois auxilia os educadores a transmitirem conhecimentos de forma mais clara e efetiva para os alunos. Porém, é necessário que os educadores tenham um entendimento aprofundado sobre esse material, a fim de utilizá-lo de forma eficaz em sala de aula. Além disso, são discutidos os desafios enfrentados pelos educadores para obter um entendimento profundo do material didático.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa bibliográfica sobre a ausência da temática “Cultura Africana” no Livro Didático das Séries Iniciais Ensino Fundamental”, nos ajuda a compreender a invisibilidade e o silêncio que envolvem a história da população negra nas publicações didáticas, em particular nas ilustrações, que refletem e representam as diversas realidades, situações e modos de vida dos estudantes afrodescendentes.

A investigação realizada com base na análise dos livros Pitangua Mais História, contribuiu para expandir e ampliar o conhecimento que, até certo ponto da pesquisa não era completo em relação aos assuntos abordados nessa obra. O exame dessas obras enriqueceu meu aprendizado para futuras vivências no ambiente escolar.

Como nos propomos na problemática desta pesquisa, verificar como o livro didático representa os africanos, como mostram essa realidade. Constatou-se no livro didático selecionado, do 5º ano do ensino fundamental, a temática africana é bastante reduzida se comparado com outros temas. Mesmo no século XXI, apesar dos movimentos sociais, da implantação da lei 10.639/2003, a classe dominante de uma maneira mais sutil, porém, astuta, utiliza deste poderoso veículo de aprendizagem, de formação de opinião para continuar registrando o preconceito que lamentavelmente ainda existe no Brasil.

Para confirmar este estudo realizado através de uma pesquisa bibliográfica, foram analisadas com detalhes as imagens do livro didático do 5º ano do ensino fundamental. Ficou evidente a ausência das vivências do povo negro enquanto categoria social que contribuiu para a formação da nação brasileira, com representação de escravos aparecendo timidamente na página 149, em comparação com o homem livre.

Ao retratar o negro de forma estereotipada, o livro didático contribui para difundir uma representação negativa desse povo em contraposição à imagem do branco, sempre positiva. A presença dos negros desde o período colonial no Brasil, juntamente com essas representações que persistem até o século XXI, impacta desfavoravelmente a percepção de crianças e adolescentes negros, que, ao se depararem com essas ilustrações, têm dificuldade em se reconhecer em seus ancestrais.

A desconstrução da ideologia que desumaniza e desqualifica pode contribuir para o processo de reconstrução da identidade étnico/racial e autoestima dos afrodescendentes, passo fundamental para a aquisição dos direitos de cidadania. Entende-se, que a inexistência de outro tipo de imagem que cumpra uma função de afirmação, de orgulho, ou de pertencimento, é categoricamente inexistente no livro didático de história que analisamos. No livro didático analisado, percebe-se, nitidamente, que a humanidade e a cidadania são representadas em grande maioria pelo homem branco.

Logo, é importante e necessário que novas pesquisas e estudos sejam feitos sobre a participação e valorização da população negra em Livros Didáticos, pois assim podem-se inferir sugestões que podem intervir em uma mudança de como ver o negro nas imagens contempladas, e isso pode se dar pela escola com um currículo que priorize conteúdos que trabalhem a história local ou ainda, abordar produções históricas das classes menos favorecidas com o objetivo de combater os estereótipos presentes no dia-a-dia das escolas, nas relações interpessoais e nos livros didáticos.

Por último, é imprescindível que sejam realizadas diversas pesquisas e estudos a respeito da participação e valorização da população negra em livros didáticos, a fim de obter sugestões que possam influenciar a forma como as imagens e o tema africano são retratadas. Isso pode ser feito pela escola, por meio de um currículo que priorize conteúdos relacionados à história local ou ainda por abordar produções históricas das classes menos favorecidas,

Finalmente, é importante e necessário que novas pesquisas e estudos sejam feitos sobre a participação e valorização da população negra em Livros Didáticos, pois assim podem-se inferir sugestões que podem intervir em uma mudança de como ver o negro nas

imagens contempladas, e isso pode se dar pela escola com um currículo que priorize conteúdos que trabalhem a história local ou ainda, abordar produções históricas das classes menos favorecidas com o objetivo de combater os estereótipos presentes no dia-a-dia das escolas, nas relações interpessoais e nos livros didáticos.

7. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Brasília, DF, Outubro de 2004.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**, MEC, 2004.

BRASIL. Lei 9394/1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 1996.

BRASIL. **LEI Nº 11.645, de 10 março de 2008**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003.

BRASIL. **Lei nº10639 de 9 de janeiro de 2003**. Ministério da Educação. 2003.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura AfroBrasileira e Africana**. Brasília: SECAD, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação / Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais** Brasília: SECAD. 2006.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Edital de convocação para inscrição no processo de avaliação e seleção de obras didáticas a serem incluídas no Guia de livros didáticos para os anos finais do ensino fundamental. **PNLD/2008**. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008, p.32.

BRASIL. Ministério da Educação. **PNLD 2017: história – ensino fundamental anos finais**. Ministério da Educação – Secretaria de Educação Básica/SEB. FNDE. Brasília: MEC/SEB, p. 12, 2016.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: História, Geografia / Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: MEC/SEF, 1997.**

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais**. Brasil: MEC/SEF, 436 p., 1998.

COUTINHO ,A. **Conceito de Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro :Editora Vozes,2008.

DIAS, A. M.; BELLUSCI, M. E. **Pitangua**: história, 5º ano, ensino fundamental, anos iniciais. Editora Moderna. 1ª Edição. São Paulo. Livro Analisado, 2021.

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura AfroBrasileira e Africana. Brasília: SECAD, 2004.

FONSECA, S. G. **Didática e Prática de Ensino de História.** 3ª edição. São Paulo: Editora Papirus, 2005.

FREIRE, P. **A Importância do Ato de Ler - em três artigos que se completam.** São Paulo: Cortez Editora & Autores Associados, 1991.

GIL, A. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 4. ed. S.P: Atlas, 1999.

GIL, C. Z. V.; ALMEIDA, D. B. **Práticas Pedagógicas em História: espaço, tempo e corporeidade.** 1ª ed. São Paulo, Edelbra, 2012.

Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Presidência da República Casa Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm Acesso em: 24 Janeiro de 2018.

NADAI, E. O Ensino de História no Brasil: Trajetória e perspectiva. In: Revista Brasileira de História. Dossiê Ensino de História. São Paulo: **ANPUH/Marco Zero**, Vol.13, nº25/26, 1992/1993.

OLIVA, A. R. A História da África nos bancos escolares: representações e imprecisões na literatura didática. **Estudos Afro-Asiáticos.** Ano 25, n.3, p. 421-461, 2003.

PPP. **Projeto Político Pedagógico Escola De Ensino Fundamental José Paulo De Sousa**, 2023.